

Thiago Krause

Escola de História/ Unirio:

Governar o Atlântico: Perspectivas Historiográficas

A época moderna assistiu a uma imensa expansão das unidades políticas imperiais. O que significava, porém, governar os impérios europeus que se expandiram no Atlântico? O que distinguia o exercício de governo na América e na África da governança na Europa? Quais eram as diferenças e semelhanças entre os impérios? Qual pode vir a ser o papel da historiografia sobre o Atlântico português nos debates sobre o Atlântico moderno?

Essa apresentação propõe a necessidade de definir a governança de modo amplo, como a administração das relações de poder que não se restringiam ao âmbito doméstico e exigiam a participação de instituições coletivas, o que permitiria conectar linhas historiográficas que muitas vezes caminham separadas: o estudo das monarquias do Antigo Regime e suas elites e a análise das relações sociais de produção – as quais também são relações de poder. Nesse sentido, é preciso evitar “a cisão discutível entre história interior da metrópole e história do além-mar” (Schaub, 2008) ao mesmo tempo em que se reconhece que a situação colonial é marcada pela presença de populações subalternas etnicamente distintas que são exploradas de forma mais violenta do que na metrópole e com menos respeito às estruturas políticas preexistentes.

A perspectiva comparada foi adotada para sublinhar a importância de levar em conta os questionamentos trazidos pelas diferentes tradições historiográficas e para destacar o que há de específico e comum nos empreendimentos imperiais europeus. As temáticas abordadas nessa apresentação são as instituições europeias de governo ultramarino; a administração periférica colonial; as interações religiosas; a especificidade do governo das maiorias subalternas e as reformas setecentistas.

Em conclusão, sugere-se a importância de completar a internacionalização do estudo sobre o Atlântico português através da publicação nos principais periódicos internacionais e do diálogo explícito com a produção historiográfica estrangeira, na crença de que o estudo da monarquia portuguesa oferece importantes corretivos para visões excessivamente baseadas nos impérios espanhol e inglês, especialmente no que toca à interdependência, interação, cogestão e colaboração entre centro e periferias. Por outro lado, as investigações sobre o mundo português ganhariam com uma incorporação mais sistemática do estudo das redes sociais e suas influências no processo decisório no Reino e, principalmente, no ultramar. Ainda mais importante é, porém, a integração das maiorias subalternas na análise da governança colonial.

Christian Lynch

Fundação Casa de Rui Barbosa/ IESP/ UERJ

Caminhos e descaminhos da ideia imperial no Brasil independente

A presente comunicação trata do nascimento e da difusão da ideia de Brasil como Império. Desde os primórdios da colonização lusitana da América, as histórias e relatos produzidos pelos reinóis descreviam elogiosamente o Brasil ou os Brasís como uma terra vasta e pródiga, cuja abundância de recursos favorecia a melhoria de vida de quem se dispusesse a emigrar e participar assim daquele empreendimento de fundação de um grande império português na América. Divulgada até meados do século 17 como uma espécie de propaganda destinada a fomentar a emigração no Reino, a partir da Restauração (1640), a sensação de fragilidade crescente de Portugal fortaleceu crescentemente a centralidade política e econômica do Brasil, incrementada com o comércio do açúcar e a descoberta do ouro nas Minas Gerais. Já na segunda metade do século 18 estadistas como Dom Luís da Cunha e Dom Rodrigo de Sousa Coutinho passam a referir-se ao Brasil como parte mais valiosa do Império português, aí incluso o próprio o Reino. A transmigração da monarquia para a América em 1808 parece, do outro lado do Atlântico, o cumprimento de uma antiga profecia, a do grande e poderoso império do Ocidente, já então encrustado no imaginário da burocracia imperial. Essa verdadeira utopia sobrevive à independência do Brasil sob o signo da continuidade monárquica, que alimenta e explica a necessidade de preservação da unidade territorial herdada do período colonial. Unidade territorial, grandeza futura e Império continuam assim a ser sinônimos no vocabulário dos estadistas do novo Império brasileiro, oriundos da antiga burocracia joanina, como José Bonifácio e o Marquês de Caravelas, como seus sucessores, como os viscondes de Uruguai e Porto Seguro. Entretanto, esse imaginário cedo será desafiado pelos liberais radicais, que a ele oporão uma visão alternativa de país, de origem americanista e inspiração estadunidense, de tendência federalista e democrática, para rejeitará a ideia de império como anacrônica, mercantilista e autoritária. A comunicação concluirá sugerindo que, longe de estar esgotada, essas duas imagens de Brasil permanecem vivas, competindo no imaginário político brasileiro do presente.